



# 30<sup>º</sup> CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:**  
**Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Modalidade: trabalho completo

## **Formação continuada em acessibilidade atitudinal: relato de experiência da aplicação do Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas**

*Continuing education in attitudinal accessibility: an experience report on the application of the Community of Practices in Public Libraries Protocol*

**Janicy Aparecida Pereira Rocha** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Daniele Achilles** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Durval Vieira Pereira** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Resumo:** Identifica lacunas na literatura de formação de profissionais de bibliotecas públicas sobre acessibilidade atitudinal. Objetiva relatar a aplicação do Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas (COPBP), em uma rede de bibliotecas públicas de um município do Estado do Rio de Janeiro e concepção e execução de ação de formação continuada sobre acessibilidade atitudinal. Caracteriza-se como pesquisa social, com objetivo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. Descreve ação de desenvolvimento profissional, aplica técnicas de escutatório e conversatório e ministra minicurso. Conclui que o Protocolo COPBP une teoria e prática para formação sobre acessibilidade atitudinal nas bibliotecas públicas.

**Palavras-chave:** Acessibilidade atitudinal. Biblioteca pública. Comunidade de Práticas. Formação continuada. Relato de experiência.

**Abstract:** It identifies gaps in the literature on training public library professionals on attitudinal accessibility. It aims to report the application of the Community of Practices in Public Libraries Protocol (COPBP), in a network of public libraries in a municipality in the State of Rio de Janeiro and the design and execution of a continuing training action on attitudinal accessibility. It is characterized as social research, with a descriptive objective, with a qualitative approach, of the experience report type. It describes professional development action, applies listening and conversational techniques and teaches a mini-course. It concludes that the COPBP Protocol combines theory and practice for training on attitudinal accessibility in public libraries.

**Keywords:** Attitudinal accessibility. Public Library. Community of Practices. Continuing education. Experience report.



## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem ampla legislação acerca dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive no que se refere ao direito à acessibilidade. À Constituição Federal de 1988, somam-se diversas leis, decretos, portarias e outras normas. Entre eles estão o Decreto nº 6.949/2009, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, e a Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Esse arcabouço legal proíbe qualquer forma de discriminação às pessoas com deficiências e instiga a construção de uma sociedade capaz de incluí-las.

A despeito disso, a sociedade contemporânea continua permeada por barreiras que inviabilizam a igualdade de oportunidades no acesso cotidiano a bens sociais, de caráter comunitário: as cidades, os espaços de lazer e cultura, as escolas, as bibliotecas, entre outros (Gardou, 2018). Por essas barreiras, as pessoas com deficiências são impedidas de usufruir dos direitos à saúde, à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer, às comunicações, entre outros. No contexto da LBI, a acessibilidade é um direito em si, mas também um direito de cunho instrumental, necessário para o exercício dos demais.

A discussão sobre acessibilidade é bastante ampla, podendo abarcar diversas dimensões e contemplar diferentes perspectivas. Uma dimensão é a acessibilidade atitudinal, caracterizada por atitudes e comportamentos isentos de preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações sobre e para com as pessoas com deficiência (Sasaki, 2006). A acessibilidade atitudinal pode ser abordada pela perspectiva anticapacitista. Esta rompe com o processo histórico de opressão vivenciado pelas pessoas com deficiência, além de coadunar com a luta política desse grupo social pela garantia de direitos e de justiça social (Gesser; Block; Mello, 2020).

Sob esse enfoque, a acessibilidade atitudinal requer o envolvimento de toda a sociedade. Ela está relacionada à criação de ambientes acolhedores e inclusivos nos quais as diferenças são reconhecidas e respeitadas. Essa perspectiva coaduna com o modelo social da deficiência segundo o qual as desvantagens enfrentadas pelas pessoas com deficiência são produtos da discriminação sistemática à qual estas pessoas são submetidas, resultando em barreiras no acesso à informação, à educação, ao emprego, aos serviços públicos e aos espaços físicos, entre outros (Myhill *et al.*, 2012). O modelo social da deficiência, ao se

contrapor ao modelo médico – segundo o qual as pessoas com deficiência têm limitações individuais que precisam ser corrigidas – evidencia a deficiência como construção social.

Redefine-se, portanto, o que se convencionou chamar de deficiência: ela se manifesta durante a interação entre um corpo com impedimento de longo prazo e as barreiras impostas pelo ambiente, conforme definida na LBI (Brasil, 2015). Logo, a deficiência não deve mais ser compreendida como um atributo individual que demarca a incapacidade de um corpo com lesão, mas como consequência das barreiras de acessibilidade. Assim, a ênfase se desloca do corpo dito “incapaz” para o ambiente excludente que deve ser ajustado para acomodar todas as pessoas, com as múltiplas particularidades que as compõem.

Bibliotecas, se permeadas por barreiras atitudinais, podem excluir usuários com deficiência, corroborando assim para o não cumprimento do décimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presente na Agenda 2030, que trata da redução das desigualdades em diversas dimensões (Organização [...], 2015). Por outro lado, quando permeadas por acessibilidade atitudinal, contribuem para que pessoas com deficiência se sintam acolhidas, apoiadas e respeitadas (Vaughan, 2019). Para tanto, o comportamento, o conhecimento e as habilidades da equipe são fundamentais. No entanto, uma busca exploratória<sup>1</sup> mostra que literatura brasileira sobre acessibilidade em bibliotecas contempla, em maior grau, a acessibilidade arquitetônica e a acessibilidade informacional.

Ainda, percebe-se uma lacuna de produções voltadas para a descrição de processos formativos sobre acessibilidade atitudinal que orientem os profissionais atuantes nas bibliotecas, bem como a própria sociedade. Com o intuito de contribuir para diminuir essa lacuna, o presente artigo objetiva relatar a experiência de aplicação do Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas (COPBP), em uma rede de bibliotecas públicas de um município localizado no Estado do Rio de Janeiro e a subsequente concepção e execução de ação de formação continuada sobre acessibilidade atitudinal.

Diferentes autores (Awais; Ameen, 2015; Nichols; Schnitzer, 2015; Vaughan, 2019) apontam como fundamental a formação continuada das equipes das bibliotecas no que

---

<sup>1</sup> [Início da nota] Na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), a busca pela **expressão “acessibilidade atitudinal” AND biblioteca** recuperou três artigos; apenas um deles, de fato, discute a acessibilidade atitudinal em bibliotecas universitárias, com abordagem teórica. Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a mesma busca recuperou 11 trabalhos: a maioria aborda o assunto em instituições superiores de ensino, sem exclusividade às bibliotecas. Nenhum deles contempla processos formativos para o desenvolvimento profissional de equipes das bibliotecas. [Fim da nota].

concerne às características dos diferentes tipos de deficiência e de como podem apoiar os usuários com deficiências. Isso, além de melhorar as habilidades individuais da equipe, contribui para uma mudança cultural no suporte à pessoa com deficiência e na construção de bibliotecas acessíveis e inclusivas, dado que comportamentos inadequados resultam em experiências negativas e excludentes (Bodaghi; Cheong; Zainab, 2016; Pionke, 2017).

Programas de formação continuada sobre acessibilidade para equipes de bibliotecas podem adotar diferentes métodos (Vaughan, 2019), entre eles o de comunidade de práticas. Crowl e Novosel (2022) afirmam que trabalhar em uma comunidade de práticas é uma forma bastante profícua de bibliotecários aprimorarem conhecimentos e abordagens, incorporando no cotidiano práticas inclusivas para com as pessoas com deficiência.

A aplicabilidade do método comunidade de práticas (COP), neste relato, volta-se ao contexto da biblioteca pública, no entanto, a teoria, os processos e as dinâmicas de aprendizagem social desenvolvida pelos autores, em diferentes projetos, por via de protocolo singularizado, podem se adequar a qualquer tipologia de biblioteca. Para apresentar essas articulações, esse texto conta com a fundamentação teórica que associa o papel da COPBP na promoção da acessibilidade atitudinal; com os procedimentos metodológicos, nos quais são caracterizados o objeto e as ações (protocolo de aplicação); com as análises e os resultados, concluindo que a utilização do Protocolo COPBP comprovou a importância de unir teoria e prática para promover a acessibilidade em bibliotecas públicas nas quais o cenário é marcado pela carência de profissionais atualizados.

## **2 O PAPEL DAS COMUNIDADES DE PRÁTICAS NA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE ATITUDINAL**

Em diversos ecossistemas organizacionais, as comunidades de práticas têm se tornado cada vez mais um método ou uma abordagem estratégica para a partilha de informações, conhecimentos e experiências por via da aprendizagem social. O conceito comunidade de prática foi criado por Étienne Charles Wenger e aprimorado na obra “Aprendizagem situada: participação periférica legítima”, publicado juntamente com Jean Lave (1991). Nessa obra, os autores inauguram ideias relacionadas à aprendizagem situada e abrem caminhos para outros estudos, nos quais os processos de aprendizagem são fundamentados pelas práticas. A

fundamentação do conceito COP se encontra alicerçada na Antropologia e Teoria Social situada em Wenger (2002; 2010) e Synder, Wenger, Sousa Briggs (2003).

Uma COP é definida a partir de interesses comuns, isto é, pessoas que com base em um problema ou paixão, partilham suas experiências, saberes e conhecimentos, visando à construção de sistemas de aprendizagens individuais ou coletivos, estruturando-se a partir de um quadro conceitual amplo que prevê o alinhamento de dimensões sociais. Além disso, uma COP é formada por três elementos: domínio, comunidade e prática que, neste caso, está organizada conforme a Figura 1.

Figura 1 - Esquema COP aplicado à acessibilidade atitudinal



Fonte: Os autores (2024).

**Descrição da imagem:** Diagrama ilustrativo em cuja parte superior, alinhado à esquerda em letras maiúsculas na cor vinho, está o título "COP - Acessibilidade Atitudinal". Ao centro está um Diagrama de Venn composto por três círculos sobrepostos. O primeiro círculo, centralizado na parte superior, tem fundo azul e ícones brancos, representando diferentes aspectos da acessibilidade, como Libras e braile. O texto "Domínio (o que nos preocupamos?)" está posicionado acima deste círculo, escrito em letras pretas. Abaixo dele, o círculo à esquerda mostra três pessoas em um ambiente de biblioteca, envolvidos em atividades de leitura e estudo. O texto "Comunidade (quem se preocupa com isso?)", localizado ao lado desse círculo, está escrito em letras pretas. Já o círculo à direita retrata um grupo de quatro pessoas em torno de um *laptop* em um ambiente de escritório. O texto "Prática (o que fazemos juntos?)", localizado ao lado desse círculo, está escrito em letras pretas. Os três círculos se sobrepõem parcialmente, sugerindo a interconexão entre Comunidade, Domínio e Prática.

A COP, como modelo teórico-metodológico, deriva da interação entre os três elementos (domínio, comunidade e prática), levando em consideração as experiências compartilhadas, afinal segundo Achilles (2018), bibliotecas são espaços de experiência e de vivências. A aplicabilidade da COP, através de processos formativos, associa teoria, prática e o contexto situacional do território onde a biblioteca está localizada. E, apresenta níveis de processos, a saber: Protocolo COP Geral; Protocolo COPBP (por se tratar de bibliotecas

públicas) Protocolo COP - Eixo de Atuação (acessibilidade atitudinal em bibliotecas públicas, nesse caso).

Assim, toda a fundamentação teórico-metodológica se estrutura a partir: a) da interdisciplinaridade (como um fenômeno que traz manifestações significativas às formas de pensamento, através da inter-relação entre os campos do saber, como aponta Japiassu (1976); b) da interação dialógica (que parte das relações entre universidade e os setores sociais, marcada pelo diálogo e troca de saberes, diminuindo a hegemonia acadêmica, considerando também o próprio *ethos* comunitário para compreender a organização social); c) da pedagogia freiriana (visão crítica do processo de ensino-aprendizagem enquanto forma de emancipação política e de ação transformadora da realidade social, como nos ensina Freire (2011)). Com vistas nisso, o alinhamento do ensino, pesquisa e extensão universitária propicia as condições necessárias à investigação das demandas, por via dos fluxos de processos relacionados a cada nível do Protocolo. Desse modo, as demandas socio-informacionais são trabalhadas pela equipe da COP e manejadas em cada processo formativo específico.

Além disso, o enquadramento teórico-metodológico da COP, também pode ser visto como pedagógico, marcado por ações dinâmicas e interativas, envolvendo pesquisadores, profissionais e comunidade, alinhado a quatro compreensões. A primeira delas, as orientações previstas no Manifesto da IFLA/Unesco (2022, p. [1]), considerando a seguinte indicação:

Em todas as nações, mas especialmente nos países em desenvolvimento, as bibliotecas ajudam a garantir os direitos à educação e à participação na sociedade do conhecimento e da vida cultural da comunidade estejam acessíveis ao maior de pessoas.

A segunda, os 17 ODS da Agenda 2030, fundamentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se configuram como uma espécie de apelo global às ações com objetivo de acabar com a pobreza e desigualdades sociais para garantir às pessoas condições de igualdade, onde possam desfrutar da paz e prosperidade. Nesse tocante, destacam-se (Organização [...], 2015):

- ODS 4 - Educação de Qualidade, cujo objetivo é assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas.
- ODS 10 - Redução das Desigualdades que visa reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.



A terceira, os direcionamentos da *American Library Association* (ALA), principalmente, no que tange ao *Libraries Transforming Communities*<sup>2</sup>, que têm como objetivo fortalecer o papel das bibliotecas como líderes comunitários essenciais, portando-se como agentes de mudança social. E, com isso, propõe o desenvolvimento de novas ferramentas e recursos que devem apoiar os bibliotecários, produzindo em todos os tipos de bibliotecas, o engajamento comunitário, através do trabalho colaborativo.

Já a quarta compreensão consiste nos subsídios fornecidos pelo Grupo de Trabalho Acessibilidade em Bibliotecas (GT-Acess), da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), criado em 2018. Instrumentos, diretrizes, políticas, materiais de apoio e similares fornecidos pelo GT-Acess são fundamentais para a promoção da acessibilidade, considerando as particularidades das bibliotecas brasileiras, com base nas três compreensões citadas anteriormente.

Entre ferramentas e recursos para apoio aos bibliotecários estão as ações de desenvolvimento profissional, cujos processos formativos contribuem para o aprimoramento de habilidades e para a atualização do conhecimento. Ao identificar as melhores práticas para apoiar usuários com deficiência em bibliotecas, Samson (2011) identificou que a formação continuada da equipe é fundamental. Já Pionke (2017) aponta que a falta de conhecimento sobre a deficiência compromete o planejamento de espaços e serviços, bem como o atendimento. Por sua vez, Vaughan (2019) defende que processos formativos, no contexto da acessibilidade em bibliotecas, devem contemplar crenças e atitudes, além das habilidades e conhecimentos técnicos.

Frente a isso, os processos formativos nesse contexto devem abarcar a dimensão atitudinal da acessibilidade, situados na estrutura do Protocolo COPBP, pois ela consiste em um importante mecanismo de promoção dos demais tipos de acessibilidade. Barreiras atitudinais vêm sendo geradas, mantidas e propagadas historicamente por uma sociedade que é fundamentada na lógica capacitista. O capacitismo “[...] condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições” (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 18), levando à discriminação de pessoas por motivo de deficiência, o que se constitui como crime, nos termos da LBI (Brasil, 2015).

---

<sup>2</sup> [Início da nota] *Libraries Transforming Communities* - ALA. Disponível em: <https://www.ala.org/tools/librariestransform/libraries-transforming-communities/engagement>. Acesso em: 25 jul. 2024. [Fim da nota].

Sendo os diferentes contextos sociais modulados por uma cultura capacitista a partir da qual a deficiência incapacita o ser humano para atividades diversas, a luta contra as barreiras atitudinais deve se unificar com a luta anticapacitista na promoção da acessibilidade atitudinal e do rompimento das estruturas do capacitismo (Rocha, 2021). Para a autora, bibliotecas e suas equipes são importantes aliadas nessas lutas quando promovem a acessibilidade atitudinal, excluindo de seus cotidianos atitudes que denotem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações no acolhimento às pessoas com deficiência. Ainda, quando disseminam conhecimentos acerca da acessibilidade atitudinal para sua comunidade. Ante esse argumento, a autora defende ações de conscientização, sensibilização e formação continuada acerca das diferentes barreiras atitudinais e das formas de erradicá-las.

Conforme Silva (2012) as barreiras atitudinais alcançam materialidade em atitudes cotidianas a partir de três componentes. O primeiro deles, cognitivo, diz respeito às formas estereotipadas de entendimento das deficiências mediante representações cognitivas de pessoas, objetos ou acontecimentos. O segundo, afetivo, corresponde aos sentimentos provocados pela presença de pessoas com deficiência. Já o terceiro, comportamental, combina os anteriores e se manifesta em atitudes e ações discriminatórias que podem se refletir em serviços e produtos diversos. São muitas e diversas as barreiras atitudinais, sumarizadas no Quadro 2.

**Quadro 1 - Taxonomia das barreiras atitudinais**

<b>BARREIRA</b>	<b>CONCEITUAÇÃO</b>
Adjetivação	Uso de rótulos ou atributos depreciativos em função de deficiência.
Adoração do Herói	Exaltação da pessoa com deficiência e a supervalorização e superestimação do que ela faz porque dela se espera algo de inferior intensidade.
Compensação	Favorecimento, privilégio e paternalização da pessoa com deficiência.
Estereotipação	Representação social, positiva ou negativa, sobre pessoas com deficiência.
Exaltação do Modelo	Comparação entre pessoas com e sem deficiência, tendo primeira como modelo a ser seguido, em razão de sua “superação” e “excepcionalidade”.
Generalização	Homogeneização baseada em um indivíduo ou grupo de deficiência.
Ignorância	Desconhecimento de dada deficiência e do potencial de quem a tem.
Inferiorização	Comparação pejorativa dos resultados de ações de pessoas sem e com deficiência.
Medo	Receio em fazer ou dizer “algo errado” diante da pessoa com deficiência.



Menos valia	Avaliação depreciativa das potencialidades e ações de pessoas com deficiência.
Negação	Negação da existência ou das particularidades decorrentes de uma deficiência.
Padronização	Efetivação de serviços baseada na experiência com único indivíduo ou grupo.
Particularização	Segregação das pessoas em função de determinada deficiência.
Pena	Expressão ou atitude piedosa manifesta para com a pessoa com deficiência.
Propagação	Suposição de que uma pessoa, por ter uma deficiência, tem outras.
Rejeição	Recusa em interagir com uma pessoa em razão de sua deficiência.
Subestimação	Juízo antecipado sobre incapacidades da pessoa em função da deficiência.
Substantivação	Tratamento da pessoa como um todo deficiente.
Superproteção	É a proteção desproporcional baseada na piedade e na percepção da pessoa com deficiência como incapaz de fazer algo ou de tomar decisões.

Fonte: Adaptado de Silva (2012).

Processos formativos alinhados ao Protocolo COP ou COPBP como metodologia têm potencialidades para a construção de bibliotecas anticapacitistas. O domínio poderia ser a justiça social; a comunidade, a equipe da biblioteca e, se for o caso, integrantes externos que se reúnem para o aprendizado mútuo; e a prática, o conhecimento compartilhado com o objetivo de implementar aprimoramentos no cotidiano (Crowl; Novosel, 2022).

O Protocolo de segundo nível COPBP possibilita que, em suas etapas denominadas escutatório e conversatório, sejam diagnosticadas eventuais barreiras atitudinais na comunidade e, ao longo do processo formativo, elas sejam manejadas com um enfoque do modelo social da deficiência. O objetivo é desenvolver repertório para, como defende Gardou (2018, p. 31), “[...] conjugar as singularidades, sem essencializá-las [...]”, mantendo a vigilância contra a “violência simbólica do vocabulário depreciativo”; elegendo palavras que “[...] reforçam, religam e emancipam [...]” e banindo palavras que “[...] conduzem gradualmente ao desdém, ao desprezo e à repulsão” (Gardou, 2018, p. 50). Ciente disso, no cotidiano das bibliotecas, a comunidade performa práticas para multiplicar o conhecimento e transformar palavras em atitudes, espaços, produtos e serviços informacionais que incluam e emancipem, garantido também que as bibliotecas se tornem lugares de pertencimento para as pessoas com deficiências.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Esta pesquisa define-se como social, sendo descritiva quanto aos objetivos; qualitativa quanto à abordagem (Gil, 2002); do tipo relato de experiência, que se trata do registro de experiências vivenciadas (Lüdke; Cruz, 2010). Mussi, Flores e Almeida (2021) defendem o relato de experiência como um dos formatos possíveis para a estruturação de escritos acadêmicos que versem sobre experiências oriundas de projetos de pesquisa, de ensino e de extensão universitária, dentre outras.

Isso posto, descreve-se aqui a experiência vivida pelos autores durante uma ação de desenvolvimento profissional com a temática da acessibilidade atitudinal. A ação foi desenvolvida no ano de 2023 em uma rede de bibliotecas públicas, a partir de um projeto de extensão Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Bibliotecas Populares do Município de Niterói (RJ), (Rocha, 2023). O projeto em questão vincula-se ao programa de extensão intitulado “Comunidade de práticas em bibliotecas públicas” (Achilles, 2022), cujo objetivo é identificar e reconhecer potencialidades e fragilidades de bibliotecas postas em condição de periferia (públicas e escolares), com o intuito de oferecer resolução às fragilidades constatadas.

A ação relatada faz parte de um conjunto mais amplo de formações continuadas para equipes de bibliotecas que prevê ações relativas aos diferentes tipos de acessibilidade: arquitetônica, nas comunicações e na informação, metodológica, instrumental, programática e tecnológica. Optou-se por iniciar com a atitudinal dado que ela perpassa os demais tipos. Por resultar da ação humana sensível e consciente à demanda da inclusão das pessoas com deficiência, a acessibilidade atitudinal é fruto de sensibilização e, por isso, também alerta as equipes das bibliotecas para a importância dos demais tipos de acessibilidade.

Diante disso, para a ação considerou-se como domínio a acessibilidade atitudinal e sua relação com o território analisado; como comunidade, o grupo de profissionais das bibliotecas públicas e os autores desse artigo, responsáveis pela aplicação do Protocolo e, como prática, o conhecimento compartilhado e multiplicado na rede de bibliotecas.

#### **1.1 Caracterização do objeto**

Refere-se a Rede de Bibliotecas Públicas pertencente a um dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 481.749 habitantes segundo o último censo do IBGE

(2022)<sup>3</sup> e é formada por seis bibliotecas com contextos situacionais distintos que passaram a funcionar no ano de 2005, gradativamente. A referida rede encontrava-se, em 2023, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e à Subsecretaria que atua em projetos de articulação institucional, coordenada por uma equipe formada por três funcionários (uma bibliotecária; uma professora especializada na área de educação e um professor especializado na área de projetos culturais). À época, cada biblioteca era gerenciada por um bibliotecário e contava com apoio de um professor readaptado ou técnico administrativo.

As bibliotecas da Rede se definem como o centro de informação local com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da vida social e cultural da cidade e, nesse sentido, alinham-se aos preceitos descritos no Manifesto da IFLA/Unesco (2002, p. [1]):

A biblioteca pública, porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento, fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional, sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais.

Com base nos alinhamentos indicados na Seção 2, é possível relacionar as bibliotecas públicas como espaços de experiência, de ensino-aprendizagem e engajamento comunitário. Isso as torna os lugares ideais para o desenvolvimento do Protocolo COPBP, por meio dos processos formativos, considerando as demandas sociais, neste caso, voltadas à acessibilidade para pessoas com deficiência.

## **1.2 Caracterização da ação**

De forma geral, ao longo do ano de 2023, a ação objetivou aplicar o Protocolo COPBP, apresentando aos participantes os fundamentos da acessibilidade atitudinal em uma dimensão aplicada ao cotidiano das bibliotecas, com o intuito de prepará-los para receber usuários com deficiências e identificar as melhores maneiras de atendê-los. Para tanto, foram considerados o arcabouço legal sobre a temática, a terminologia recomendada, o anticapacitismo e as boas práticas sobre como atender pessoas com deficiência, pela perspectiva da diferença em detrimento da perspectiva da falta. Com isso, a aplicação da ação de formação continuada seguiu a seguinte divisão:

---

<sup>3</sup> [Início da nota] Dado disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama> Acesso em: 25 jul. 2024. [Fim da nota].

### **a) Criação do grupo de trabalho**

A primeira etapa consistiu na criação de um Grupo de Trabalho (GT), doravante GT Acessibilidade. Após contato inicial com a rede de bibliotecas e com cada unidade, foram identificados os agentes informantes que teriam proximidade com questões relativas à acessibilidade. Como critérios, foram considerados conhecimentos prévios, formações acadêmicas diversas e perfil para atuar como multiplicadores. Ainda, foram incluídos no GT agentes informantes com deficiências (física e auditiva). Assim, o GT foi composto por 12 pessoas: estes autores, como integrantes externos especialistas na temática e no Protocolo COPBP, e nove agentes informantes, representantes das bibliotecas, que participariam do processo formativo e atuariam como sistematizadores, compartilhando com as equipes e com membros da comunidade os conteúdos aprendidos. Assim, atuariam como multiplicadores, mediando as questões e demandas socio-informacionais manejadas no GT Acessibilidade.

### **b) Escutatório**

A primeira reunião do GT Acessibilidade, como prevê o Protocolo COP, teve como intuito a apresentação do método aos representantes de cada biblioteca da rede. Ainda, foi uma oportunidade para apresentações pessoais e interações diversas para que todos pudessem se sentir acolhidos enquanto integrantes daquela comunidade em formação. Em um segundo momento, passou-se ao escutatório (denominação para processo de escuta atenta por parte da equipe da COPBP) com a finalidade de compreender as demandas, lacunas de conhecimentos e práticas diversas relacionadas a acessibilidade atitudinal. Ao fim dessa reunião, foi solicitado aos representantes de cada biblioteca que respondessem a 28 questões referentes à acessibilidade atitudinal e apresentassem as respostas na reunião seguinte. Essas questões correspondem à oitava categoria do Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas (*Checklist*)<sup>4</sup>, disponibilizado pelo GT-Acess da FEBAB. Pequenos ajustes foram feitos, de forma que as perguntas que começam com “O bibliotecário [...]” foram mudadas para “A equipe da biblioteca [...]”. Para bibliotecas com dois ou mais representantes, um único *checklist* deveria ser respondido, mediante consenso.

### **c) Conversatório e escutatório para diagnóstico por *checklist***

---

<sup>4</sup> [Início da nota]. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/checkliston>. Acesso em: 26 jul. 2024. [Fim da nota].

Na segunda reunião, durante o conversatório (denominação para o processo de acolhimento das compreensões), os agentes informantes relataram inseguranças quanto às respostas dadas ao *checklist*, por dificuldades de compreensão das perguntas, devido a termos desconhecidos ou dúvidas sobre qual alternativa de resposta assinalar. Isso já sinalizou aos autores uma eventual falta de familiaridade com conceitos básicos sobre a temática. Decidiu-se por retomar o *checklist* e, juntos, discutir e responder às perguntas aplicando as técnicas de escutatório e conversatório, juntas, também nessa tarefa. Assim, as dúvidas eram esclarecidas e cada agente informante podia complementar as respostas objetivas do *checklist* de forma discursiva, o que resultou em diversos esclarecimentos sobre as realidades vivenciadas por eles e em lacunas a serem contempladas ao longo do processo formativo.

#### **d) Escutatório e conversatório complementar**

Na terceira reunião foram conduzidos escutatório e conversatório sobre as realidades vivenciadas pelas equipes das bibliotecas participantes no que tange à acessibilidade de forma mais ampla e, com maior ênfase, à acessibilidade atitudinal. A intenção era ampliar o diagnóstico iniciado nas reuniões anteriores, priorizando o diálogo e a troca de saberes. O uso das técnicas de escutatório e conversatório tem sua ideação na perspectiva freiriana, assim, o conhecimento coletivo vai sendo construído baseado no intercâmbio de informações e experiências, costurando o método idealizado por Wenger. Dessa maneira, os agentes informantes se sentem mais acolhidos e integrados ao processo formativo que se desdobra através dessa interação dialógica. Com isso, o diagnóstico das demandas sobre acessibilidade atitudinal pode, enfim, ser sistematizado e analisado pela equipe COPBP. Em seguida, os autores elaboraram um conjunto de estratégias e definiram os recortes teórico, metodológico e ético para o desenvolvimento da ação final do processo formativo, nesse caso, um minicurso.

#### **e) Ação final do processo formativo**

Na quarta reunião, foi ministrado o minicurso sobre acessibilidade atitudinal. Estruturado a partir das lacunas identificadas, o minicurso iniciou-se com uma dinâmica de sensibilização e, na sequência, abordou conceitos básicos sobre acessibilidade atitudinal; a legislação relacionada; formas gerais para atendimento às pessoas com diferentes deficiências e as possibilidades a partir das quais as bibliotecas podem se engajar na luta anticapacitista. Ao final, os agentes informantes foram convocados a multiplicar o aprendizado nas bibliotecas em que atuavam e a exercitá-lo em suas práticas cotidianas.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De forma geral, as respostas às perguntas do *checklist*<sup>5</sup> foram agrupadas em quatro categorias temáticas sobre a situação das bibliotecas no que diz respeito à acessibilidade atitudinal: (i) conhecimento e atualização; (ii) capacitação e conscientização; (iii) atendimento a usuários e (iv) recursos materiais e parcerias.

Na primeira categoria, as respostas às questões de nº 8.1 a 8.5 e 8.10 indicaram que a maioria dos respondentes alegaram desconhecer ou conhecer apenas parcialmente a legislação, as soluções de Tecnologia Assistiva existentes e organizações que atuam em prol dos direitos das pessoas com deficiências. A partir das técnicas de conversatório e escutatório, foram relatados como fatores que contribuem para esse desconhecimento a falta de oportunidades para atualização profissional, principalmente pelo fato de serem equipes reduzidas, cujo tempo é dedicado às tarefas cotidianas das bibliotecas.

Na segunda categoria, as respostas às questões de nº 8.7 a 8.9 mostrou haver pouco investimento institucional em capacitações ou ações de conscientização das equipes em relação à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência no que concerne ao acesso e uso da informação. Foram citadas ações esporádicas de capacitação, mas não especificamente voltadas para a acessibilidade, em nenhum de seus tipos. A exceção mencionada foi uma parceria para que representantes das bibliotecas pudessem fazer um curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras), em andamento à época, e que logo foi descontinuado por circunstâncias políticas.

Na terceira categoria, as respostas às questões de nº 8.11 a 8.24 sugeriram haver relativo esforço das equipes para que os usuários com deficiência possam ser recebidos e acolhidos com naturalidade e respeito nas bibliotecas, a despeito de receios na forma de abordagem e das lacunas relatadas nas questões das outras categorias. Porém, as sessões de escutatório e conversatório possibilitaram que os autores identificassem que, apesar das respostas positivas a algumas questões, alguns participantes não conseguiam discorrer sobre como era feito o atendimento, o que sugeria certo descompasso entre o que foi respondido e o que seria feito nas situações abordadas, revelando a desconexão teórico-prática.

---

<sup>5</sup> [Início da nota] Dataset disponível em: <https://www.doi.org/10.6084/m9.figshare.26956174>. Acesso em: 06 set. 2024. [Fim da nota].



Por exemplo, na questão 8.17, questionados se havia guia humano para receber e apresentar o espaço interno das bibliotecas a pessoas com deficiência visual, representantes de quatro bibliotecas responderam que sim e dois, parcialmente. Encorajados a compartilhar com a comunidade como aconteciam essa orientação e a descrição dos ambientes, eles reconheceram não saber como fazer, agindo instintivamente e com inseguranças e receios. Ainda, foram relatadas situações de usuários cujas particularidades desafiavam as equipes das bibliotecas, deixando-as inseguras quanto à conduta mais adequada para acolhê-los.

Na quarta categoria, as respostas às questões de nº 8.6 e de 8.25 a 8.28 relataram que recursos materiais para a promoção da acessibilidade atitudinal são escassos, assim como parcerias com outras instituições. Ainda, que devido à vinculação das bibliotecas à Secretaria Municipal de Educação, elas não tinham autonomia para estabelecer parcerias formais com terceiros ou atuar captando fomentos governamentais para suas ações.

As três reuniões para escutatório e conversatório junto às respostas ao *checklist* possibilitaram o diagnóstico no qual se baseou a definição da ação final do processo formativo. Dentre as diferentes opções possíveis, decidiu-se em conjunto com os agentes informantes por um minicurso que contemplasse suas principais demandas, relacionadas a lacunas conceituais, legais e práticas para acolhimento dos usuários com deficiências, como um recurso pedagógico que aproxima a teoria da prática. Foram percebidos equívocos e lacunas nas formas como os profissionais relataram se portar no atendimento a usuários com deficiência, o que poderia resultar em barreiras atitudinais, ainda que por desconhecimento. Rocha (2021, p. 59) alerta que barreiras de acessibilidade, [...] ainda que produzidas ou propagadas involuntariamente ou por desconhecimento, afetam o direito à cidadania, obstruindo a participação social das pessoas com deficiência”.

Assim, o minicurso intitulado “Acessibilidade atitudinal em bibliotecas como direito das pessoas com deficiência”, com três horas de duração, foi ministrado por um dos autores em novembro de 2023. A dinâmica de abertura buscou sensibilizar os participantes contemplando uma situação na qual a omissão de uma pessoa hipotética em oferecer a audiodescrição de uma imagem, enquanto um recurso de acessibilidade, impediu que usuários com deficiência visual tivessem acesso a uma informação crucial para a compreensão de uma situação também hipotética.

Disso desencadeou-se uma discussão de como comportamentos como esse, que poderiam se caracterizar como barreira atitudinal fomentada pelo desconhecimento, pode

resultar em barreira nas comunicações e na informação e impedir o exercício de direitos por um grupo de pessoas com deficiência. A partir de então, a acessibilidade foi abordada enquanto direito das pessoas com deficiência, tendo a LBI como aporte.

Complementarmente, terminologias recomendadas para referências às diferentes deficiências foram discutidas sob o mote de que a linguagem também pode incluir ou excluir. Diferentes barreiras apresentadas no Quadro 1 foram exemplificados e associados a atitudes e expressões cotidianas e populares, tidas como capacitistas. Discutiu-se então, o capacitismo enquanto forma de opressão das pessoas com deficiência e maneiras a partir das quais as bibliotecas podem se engajar na luta anticapacitista, promovendo a acessibilidade atitudinal.

Na segunda metade do minicurso, foram abordadas situações práticas de atendimento e acolhimento de pessoas com diferentes deficiências nas bibliotecas. Com isso, foi possível dotar os participantes de um instrumental, ainda que básico, que os fizessem se sentir mais preparados para que esses contatos possam ocorrer sem as barreiras do medo, da compensação, da generalização, da superproteção e outras conforme apresentadas por Silva (2012). O material produzido e utilizado ao longo da ação de formação continuada foi compartilhado com os participantes para consultas posteriores e utilização em suas ações enquanto multiplicadores.

O Protocolo COPBP voltado à acessibilidade, neste caso, atitudinal, por onde a abordagem do tema começa, produziu, a partir do fluxo de processos desenvolvido para a referida rede, a aproximação da teoria e prática, tentando diminuir as lacunas existentes entre essas dimensões. Desse modo, refletir e aplicar um protocolo teórico, metodológico, ético e pedagógico, manejando ferramentas como um minicurso, corrobora para que bibliotecas possam caminhar na luta anticapacitista alinhadas aos ODS 4 e 10 da Agenda 2030 da ONU e ao movimento *Libraries Transforming Communities* da ALA.

Assim, cabe enfatizar que ferramentas e recursos voltados ao desenvolvimento profissional, por via de processos formativos diversos e singularizados contribuem para aprimoramento de habilidades e atualização dos conhecimentos acadêmicos, profissionais e comunitários. O Protocolo COPBP, no eixo acessibilidade, nesta experiência de aplicação comprovou os desafios encontrados no universo trabalhado ao identificar uma série de problemas nas práticas que podem ser justificados a partir do que Pionke (2017) aponta sobre a falta de conhecimento sobre a deficiência quando reflete sobre o planejamento de espaços e serviços. E, o processo formativo como um todo, com base na concepção de bibliotecas

como espaços de experiência e vivências, fomentou o desenvolvimento do pertencimento e abertura de novos rumos para a afirmação das bibliotecas enquanto espaços acessíveis, engajando os agentes na luta anticapacitista.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão sobre acessibilidade atitudinal destaca a importância de criar um ambiente inclusivo e acolhedor, que respeite e valorize as diferenças. A abordagem proposta, que considera a deficiência como uma construção social resultante das barreiras impostas pelo ambiente, oferece uma perspectiva mais ampla e inclusiva do que a abordagem médica tradicional. Essa mudança de paradigma é essencial para promover uma verdadeira inclusão e para garantir que todas as pessoas possam exercer seus direitos de forma equitativa.

As bibliotecas públicas, ao adotarem uma postura ativa contra preconceitos e estigmas, podem não apenas transformar suas próprias práticas e serviços, mas também exercer um papel de liderança na educação e sensibilização de suas comunidades. As nuances destacadas nos resultados demonstram que a temática abordada carece de maior atenção no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, sobretudo, em bibliotecas públicas onde o cenário é marcado pela carência de profissionais atualizados.

A experiência relatada demonstra que o Protocolo COPBP, ao se concentrar na análise e enfrentamento das barreiras atitudinais, emerge como uma ferramenta crucial na construção de um ambiente mais justo e acolhedor. A implementação de processos formativos que abordem não apenas a dimensão cognitiva, afetiva e comportamental das barreiras, mas que também promovam a conscientização e a sensibilização contínuas, é essencial para a erradicação do capacitismo enraizado na sociedade.

A falta de conhecimento e atualização sobre a legislação e soluções de Tecnologia Assistiva, juntamente com a ausência de capacitações contínuas e específicas, indicam uma necessidade urgente de investimento em formação profissional. A rede de bibliotecas públicas analisada demonstrou um esforço em acolher usuários com deficiência, mas a desconexão entre teoria e prática sugere a necessidade de orientações mais claras e estruturadas.

Percebeu-se que os recursos materiais escassos e parcerias limitadas, agravados pela falta de autonomia das bibliotecas, restringem ainda mais a capacidade de implementação de práticas inclusivas. A realização do minicurso sobre acessibilidade atitudinal foi um passo

importante para equipar os profissionais com conhecimentos básicos e práticas de acolhimento, contribuindo para a conscientização e redução de barreiras atitudinais. Cabe destacar que as formações futuras terão que contemplar a aplicação do protocolo no contexto da acessibilidade nas comunicações e na informação; tecnológica; programática; metodológica e instrumental. O processo de aprendizagem deve ser contínuo, com atualização permanente que acompanhe as transformações da sociedade.

A escolha e utilização do Protocolo COPBP comprovou a importância de unir teoria e prática para promover a acessibilidade nas bibliotecas. Essa abordagem não apenas alinha as bibliotecas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o movimento *Libraries Transforming Communities* da ALA, mas também reforça o papel das bibliotecas como espaços inclusivos e engajados na luta anticapacitista.

Por fim, para que as bibliotecas públicas se tornem verdadeiramente espaços de inclusão e pertencimento, é fundamental que integrem práticas alinhadas ao modelo social da deficiência, promovendo um ambiente que valorize e respeite a diversidade. O Protocolo COPBP oferece um caminho estruturado para alcançar esses objetivos, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias que não apenas identificam e enfrentam barreiras, mas também fomentam uma cultura de empatia e respeito. A transformação proposta não se limita às bibliotecas públicas, e reflete uma necessidade mais ampla de mudança social, onde o acolhimento e a dignidade para todos são garantidos e promovidos.

## REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele. **Bibliotecas públicas brasileiras**: sob a perspectiva da memória e da experiência. 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ACHILLES, Daniele. **Comunidade de práticas em bibliotecas públicas**: programa de extensão. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022.

AWAIS, Sania; AMEEN, Kanwal. Information accessibility for students with disabilities: an exploratory study of Pakistan. **Malaysian Journal of Library & Information Science**, v.20, n. 2, p. 103-115, 2015. Disponível em <https://mjlis.um.edu.my/index.php/MJLIS/article/view/1768/2533>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BODAGHI, Nahid Bayat; CHEONG, Loh Sau; ZAINAB, Awang Ngah. Librarians empathy: visually impaired students' experiences towards inclusion and sense of belonging in an

academic library. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 42, n. 1, p. 87-96, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2015.11.003>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 18 jul. 2024.

CROWL, Paige; NOVOSEL, Elizabeth. Bringing disability into the conversation: creating anti-ableist community at your institution. **LOEX Quarterly**, v. 48, n. 4, p. 13-16, 2022. Disponível em: <https://commons.emich.edu/loexquarterly/vol48/iss4/6>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARDOU, Charles. **A sociedade inclusiva: falemos dela! Não há vida minúscula**. Belo Horizonte: Editora UFMG: Fino Traço, 2018.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. **Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social**. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena. (Org.). **Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 17-35.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 15 jun. 2024.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. **Formação Docente**, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/20/18>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MYHILL, William N. *et al.* Developing the capacity of teacher-librarians to meet the diverse needs of all schoolchildren: Project ENABLE. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 12, n. 4, p. 201-216, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-3802.2012.01240.x>. Acesso em: 18 jul. 2024.

NICHOLS, Darlene; SCHNITZER, Anna Ercoli. Developing inclusive research libraries for patrons and staff of all abilities. **Research Library Issues**, n. 289, p. 18-27, 2015. Disponível em: <https://publications.arl.org/rli286/18>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 26 jul. 2024.

PIONKE, Jj. Beyond ADA Compliance: the library as a place for all. **Urban Library Journal**, v. 23, n. 1, p. 1-17, 2017. Disponível em: <https://academicworks.cuny.edu/ulj/vol23/iss1/3/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira. **Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Bibliotecas Populares do Município de Niterói (RJ)**: projeto de extensão. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2023.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira. **Incluir para emancipar: bibliotecas e acessibilidade para pessoas com deficiência em ambientes informacionais digitais**. In: SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da; DANTAS, Samuel de Carvalho Alves. (org.). **Acessibilidade em bibliotecas: ações inclusivas**. Belo Horizonte: ABMG Editora, 2021.

ROCHA, Janicy; ACHILLES, Daniele; PEREIRA, Durval Vieira. **Acessibilidade atitudinal em bibliotecas públicas - dataset**. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.26956174.v1>. Acesso em: 06 set. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/18g-rFjhTv2A11w30TAB9w>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. **Educação não inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do programa de pós-graduação em educação**. 595 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, CE, 2012.

SNYDER, William M.; WENGER, Etienne; SOUSA BRIGGS, Xavier. Communities of practice in government: leveraging knowledge for performance. **The publicmanege**, vol. 32, n.4, 2003, p. 17-21. Disponível em: <https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Communities%20of%20Practices.odf.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

VAUGHAN, Katherine Tabor Lawson. **Building an inclusive library through staff accessibility training**. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Arizona State University, Tempe, Arizona, 2019. Disponível em: <https://commons.lib.jmu.edu/letfspubs/172/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

WENGER, Etienne. Communities of practice and social learning systems: the career of a concept. In.: BLACKMORE, C. **Social learning systems and communities of practice**. London, UK: Springer, 2010, p. 179-198. Disponível em: <https://www.wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2022/09/09-10-27-CoPs-and-systems-v2.0.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.



WENGER, Etienne. **Cultivating communities of practice**: a quick start-up guide for communities of practice, 2002. Disponível em: <https://www.wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2022/06/2001-EWT-Quick-start-up-guide-English.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.